



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental



PAR. 02001.003650/2016-06 DILIC/IBAMA

Assunto: Competência para o licenciamento ambiental para Obra de Dragagem e Desassoreamento do Rio Saí Mirim, localizado no município de Itapoá/SC.

Origem: Diretoria de Licenciamento Ambiental

REFERENCIA: DESPACHO 02001.021659/2016-91/COPAH

Ementa: Consulta Técnica acerca de competência para o licenciamento ambiental para Obra de Dragagem e Desassoreamento do Rio Saí Mirim, localizado no município de Itapoá/SC.

1. Em atendimento ao Despacho nº 02001.021659/2016-91 COPAH/IBAMA, serve-se do presente para apresentar avaliação técnica quanto a consulta formulada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU / Superintendência do Estado de Santa Catarina, referente a um requerimento ao projeto de Dragagem e Desassoreamento do Rio Saí Mirim, localizado no município de Itapoá/SC.
2. Tal consulta foi recebida pela SUPES/IBAMA/SC em 03 de maio de 2016 e remetida à Diretoria de Licenciamento - IBAMA/SEDE em 05 de maio de 2016, sob o argumento da existência de orientação da Presidência do Instituto de que questionamentos relativos à competência para o licenciamento ambiental sejam respondidos por esta diretoria.
3. Considerando o teor da consulta formulada e o conteúdo dos autos do processo encaminhado pela SPU (Protocolo Ibama nº 02026.001033/2016-80), verifica-se que o empreendimento pleiteado para ser implantado consiste na execução de aprofundamento da calha do Rio Saí Mirim por meio de dragagem e desassoreamento, em área de 25.021,96 m² no leito do rio, em volume de 53.937 m³ de sedimentos em áreas de domínio da União, de forma a manter a navegabilidade do corpo hídrico, com minimização de eventos de enchentes. Esta infraestrutura vem sendo licenciada ambientalmente junto ao órgão estadual de meio ambiente de Santa Catarina - FATMA, com Licença Prévia (024/2010) já expedida.
4. Ocorre que, em abril de 2016, parecer jurídico elaborado pela Consultoria Jurídica da União no Estado de Santa Catarina (PARECER n. 00172/2016/CJU-SC/CGU/AGU) questiona a competência do oema/SC na condução do procedimento de licenciamento do empreendimento e sugere remessa da questão ao Ibama, para que este Instituto manifeste-se.
5. Ao analisar os documentos remetidos a esta Diretoria de Licenciamento, acostados no processo encaminhado pela SPU (Protocolo Ibama nº



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

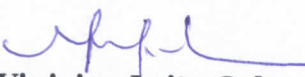
02026.001033/2016-80), verifica-se tratar-se de empreendimento que se pretende implantar em zona costeira, integralmente localizado no estado de Santa Catarina. A partir da base cartográfica, verifica-se que a região em que se pretende abrigar pode ser considerada como porção territorial da zona costeira, uma vez que o mar territorial neste local é definido pelo método das linhas de base retas, não sendo medido a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular (nos termos da Lei 8617/93).

6. Neste sentido, não há que se falar em licenciamento ambiental de competência federal, uma vez que as regras para determinação desta esfera encontram-se estabelecidas na Lei Complementar nº 140/2011, sem que nenhuma das hipóteses previstas nas alíneas a) a h) do inciso XIV, art. 7º tenha sido atendida.

7. Conclui-se, para avaliação das instâncias superiores do Ibama, que a competência para licenciamento para o projeto de Dragagem e Desassoreamento do Rio Saí Mirim, localizado no município de Itapoá/SC, não é federal, por não atender aos critérios estabelecidos na LC nº 140/2011. Assim, sugere-se restituir os documentos encaminhado pelo SPU à SUPES/SC, para conhecimento e posterior resposta, possibilitando que a Secretaria dê continuidade ao procedimento autorizativo deste empreendimento.

8. É o parecer.


Brasília, 23 de setembro de 2016


Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Analista Ambiental da DILIC/IBAMA

À CGTMO,
Estou de acordo
com o parecer.
Submeto à apreciação
para encaminhamento.
Em 29/09/16,


Beatriz Magno Moreira
Coordenadora de Portos, Aeroportos
e Hidrovias
CGTMO/DILIC/IBAMA
Matrícula: 1717200

À CORDEH
Informo estar de acordo
com a manifestação técnica.
Solicito elaborar minuta de
despacho restituindo este
processo à SUPES-SC.


Jônatas Sousa da Trindade
Coordenador Geral de Transportes,
Mineração e Obras Cíveis
CGTMO/DILIC/IBAMA

Em 04/10/16